

Histórico de Versões

Data	Versão	Descrição	Autor	Revisor	Aprovado por
30/04/2021	1.0	Elaboração da ata de reunião virtual da Redesim – 29 e 30 Abr/21	Nacif	Participantes da reunião	N/A

Ata de Reunião - AR

REUNIÃO REDESIM – GT Sistemas		Realizada em 29 e 30 / Abr / 2021 09h00 - 12h00
Assunto	Conforme Pauta enviada previamente	
Convidada por	Coordenador do Grupo de Trabalho Sistemas do CGSIM	
Facilitadores	Nacif	
Registradores	Nacif	
Local	Virtual: Plataforma TEAMS conforme link enviado	
Participantes	e-mail	Área dos participantes
Conforme lista anexa	Conforme presença virtual no aplicativo	Conforme Resolução nº 6 de 6 de agosto de 2009

Reuniões:

Diálogo Técnico e deliberações: 29 e 30 de Abril de 2021

HORA: 09h00 - 12h00

LOCAL Virtual: Plataforma TEAMS

Pauta:

DIA 29 de Abril de 2021 - Manhã		
HORÁRIO	ASSUNTO	RESPONSÁVEL ASSUNTO
09h00	Boas-Vindas	Coordenador GT Sistemas

09h10	1) Entrada em produção da integração dos Convenientes Sincronizados - Orientações Gerais e Eventos Específicos Nacionais de SEFAZ e SEFIN.	RFB (Informa tudo o que vai acontecer. Tipo de Unidade, Serviços e novos atributos, Fluxo Família, APES anteriores e dia "D")
10h15	2) Inscrições Tributárias de SEFAZ e SEFIN de forma automática	RFB (novos atributos S07, S08, S15 e S17)
11h00	3) Eliminação do tratamento do NIRE e demais números de Registro Cartório PJ e OAB no Integrador Nacional	RFB (documento Pietro)
11h30	4) Pedido de Licenciamento de Atividades nas aplicações do Integrador Estadual - Proposta Banco do Brasil	RFB e Banco do Brasil (cadastramento de Preposto na base CNPJ e utilização deste pelos sistemas estaduais de licenciamento de atividades - S35 e S11 - e CPF do preposto)
12h00	Encerramento do dia e considerações para Ata de Reunião	Coordenador GT Sistemas

DIA 30 de Abril de 2021 - Manhã		
HORÁRIO	ASSUNTO	RESPONSÁVEL ASSUNTO
09h00	Boas-Vindas	Coordenador GT Sistemas
09h10	5) Acesso aos dados do MEI por Prefeituras Municipais, SEFAZ, SEFIN, Órgãos de Licenciamento nos Integradores Estaduais - SEFIN.	Fabio Silva (SEMPE), FENAJU e Soluções Tecnológicas
10h00	6) Automação da resposta da Pesquisa Prévia pelas Prefeituras Municipais - Diagnóstico - Inciso II do § 3º do art. 2º da Resolução 63 CGSIM	RFB, DREI, FENAJU, CNM e Soluções Tecnológicas (efetuar um quadro geral sobre a automação nos municípios)
10h30	7) CNPJ como Nome Empresarial - Orientações sobre a especificação e cronograma.	RFB (Pietro - passar especificação)
11h00	8) Balcão Único - Orientações e procedimentos	RFB e DREI (Documentação, Fluxos, Serviços e orientações)
11h30	9) Eventos de Transformação - Cisão/Incorporação/Fusão – Proposta de harmonização de datas Data do Registro X Dada da deliberação em Assembleia	RFB (Baixa por Incorporação - Data Deliberada em Assembleia X data informada pela Junta Comercial - 517 - Cisão/Incorporação/Fusão ou 204 o S06 está sendo encaminhado pela data deliberada em Assembleia)
12h00	Encerramento e considerações para Ata de Reunião	Coordenador GT Sistemas

Item de pauta 1: Integração Convenentes Sincronizados

Pietro e Nacif informaram as mudanças que ocorreram com a integração dos convenentes sincronizados.

Boletim detalhado será encaminhado a todos os parceiros com as modificações que ocorrerão:

- Novo comportamento dos campos Tipo de Unidade e Forma de Atuação;
- Alteração no leiaute dos Serviços Redesim e inclusão de novos atributos;
- Coletor Nacional Tributário de eventos específicos (601, 604, 801 e 804) para SEFAZ e SEFIN;
- Interrupção dos Fluxos Famílias que existiam entre o Convenente Sincronizado e a Receita Federal;
- Apurações Especiais para esta implantação.

Questionamento das Soluções Tecnológicas

INTEGRAR

Informou que após a implantação da integração com Convenentes Sincronizados disponibilizará nova versão em seu sistema.

JUCESP

Já tinha feito a primeira parte das alterações. Novas evoluções dos atributos estão sendo evoluídas no sistema.

Jucesp informou que não utiliza, ainda o evento específico para município.

Vai estudar proposta de padronização de utilização dos eventos específicos para municípios. SEFAZ SP vai utilizar o Coletor Tributário Nacional para eventos específicos.

REGIN

Fez as adaptações necessárias.

Alguns problemas detectados:

812 Não coleta o número da Inscrição Municipal;

Precisa ser incluída melhorias no sistema nacional com objetivo de resolver a questão da coleta da Viabilidade para eventos 801 e 812;

Verificar datas de histórico no município.

SIGFÁCIL

Questionamento ABRASF

Concorda com as colocações do Xico. Sugestão para melhorar o processo com objetivo de ficar mais automatizado, conforme o Regin sugeriu para incluir o número de viabilidade.

Se o Sistema Nacional recuperar as Viabilidades dos eventos específicos de municípios será mais facilitada a evolução e melhoria do processo.

Item de pauta 2: Inscrição Automática de SEFAZ e SEFIN

Todos entenderam que é necessário a automação da inscrição estadual e municipal.

DF – Inscrição automática. Sandra entende que de forma geral concede inscrição automática. Alguns Estados estão em evolução; MS, SC e outros.

PE – Nas reuniões do GT-59 sempre é falado da automação da Inscrição Estadual. Ações Fiscais são separadas das ações de Cadastro.

ABRASF – Capitais que estão sincronizadas já estavam automatizadas e continuarão assim na Redesim. Não há processo manual. Roberto informa que não há problemas em automação das inscrições de capitais no Brasil. Daniela informa que Fortaleza está automatizada.

Item de pauta 3: Eliminação tratamento NIRE

Pietro apresentou duas propostas de evolução no Portal Nacional para eliminação do tratamento do NIRE, ou seja, não exigir mais do usuário o número NIRE.

Xico fez proposta para que o NIRE seja único a fim de **efetuar o registro na Junta Comercial**, É necessário gravar o número na base pois é a informação registral do nascedouro da Empresa. As Juntas precisam padronizar com urgência o NIRE único. Trata-se de gestão interna das Juntas.

Presidente da **FENAJU** lembrou o legado que existe nas Juntas Comerciais que só tem o NIRE hoje como fonte de pesquisa. Caminho passo a passo.

Sincronização de bases de dados nas bases da Junta Comercial. No Paraná tem quase 300 mil Empresas sem CNPJ.

DREI – Entende que é necessário ter internamente o NIRE nas bases de dados. O CNPJ vem após o Registro.

Em votação: Foi unânime a votação pela proposta 2 apresentada pelo Pietro. (Ver Anexo com a proposta votada)

Item de pauta 4: Licenciamento de Atividades Banco do Brasil e outras grandes instituições.

BB – Banco do Brasil expos sua necessidade de regularizar os processos de Licenciamento que estão parados em vários Estados. Informou que iniciará o cadastramento do Preposto do Banco. Pediu um ponto focal de cada integrador e a relação de Estados por solução tecnológica, a ser encaminhada pela RFB.

SIGFÁCIL – Ok. Sistema aberto para quem tem o número do Protocolo Redesim. 11 Estados.

REGIN – 5 Estados – Não há problema quanto ao acesso. Os dados são capturados anteriormente no momento da Viabilidade.

INTEGRAR – 9 Estados. Pede no processo de Licenciamento que o Usuário logado esteja no QSA do sistema. Ficou de consultar as Prefeituras e Órgãos de Licenciamento para verificar a possibilidade de utilizar o Preposto como pessoa representante da instituição. Não há problema como a implementação tecnológica.

Minas Gerais – Mesma lógica do INTEGRAR. Vai promover consulta e se comprometeu a implementar a solução de permissão de licenciamento pelo Preposto.

JUCESP – Tem também o mesmo problema. Tem o Decreto Estadual 55.660, de 30 de março de 2010 . Vai fazer uma consulta formal à Procuradoria da JUCESP. A implementação pode ser efetuada a partir da autorização da Procuradoria.

Item de pauta 5: Acesso aos dados do MEI por Prefeituras e Secretarias de Fazenda de Estados e Finanças dos Municípios

SEMPE

Manter as informações do MEI de fácil acesso.

Interagir com a Prefeitura Municipal para receber a informação de forma centralizada. Fazer um trabalho de comunicação para Prefeituras. Encaminhar o Formulário e retornar análise pelos Integradores Estaduais.

SIGFÁCIL – 1800 prefeituras – Pode mandar por serviço e as vezes serviços diferentes por Secretarias: VISA, SEFIN, URBANISMO etc.

Mapear dados faltantes que podem ser encaminhados do IN.

Propostas:

- Pensar em uma capacitação e orientação contínua para municípios bem como apoio logístico.
- Criar indicadores para mapear os municípios – um panorama geral para ter um diagnóstico claro devido a diversidade dos municípios. Efetuar trabalho interno junto à Prefeitura para que circule a informação de dados do MEI. Exemplo Belo Horizonte tem porta de entrada única no recebimento de dados e após a informação é circularizada para as Secretarias Municipais.

Item de pauta 6: Automação da análise da Viabilidade pelas Prefeituras Municipais

FENAJU – Informou que fez um levantamento de diagnóstico sobre o estágio de informatização dos municípios. Serão necessários investimento da ordem de 6 mil Reais por município para a automação.

MG – Informou que o processo automático de análise de viabilidade existe em dois municípios. Comunicação por webservice para Viabilidade;

SP – Informou que o processo automático de viabilidade existe para a capital São Paulo.

REGIN – Informa que o processo completo de Viabilidade / Registro / Inscrições é que precisa ser rápido. Não estão levando em consideração a etapa de licenciamento. A etapa de viabilidade é importantíssima e para a previsibilidade do empresário. É importante ter esta validação da etapa para que o Empresário.

CNM – São vários Brasis e várias realidades. Precisa definir critérios básicos de Viabilidade com aderência ao Plano Diretor do Município. O empreendedor quer saber primeiramente se pode ou não ter negócio naquele local. Vai tentar junto a CNM um diagnóstico mais completo.

Fortaleza: A viabilidade locacional é uma fase muito importante pois garante maior segurança jurídica, mas sem dúvida é bem custosa. Entende que o projeto SINTER vai dar a automação necessária para a REDESIM com o georreferenciamento. Pode gerar demandas judiciais para Municípios.

SIGFÁCIL – Promoveu duas ações: Pergunta ao Empresário se deseja continuar sem a consulta prévia e informa alertas (taxas, e impedimento de alvará). Há dificuldades de implementação dos municípios a automação da Viabilidade. Há um trabalho que precisa ser feito junto aos municípios para mapeamento de quais CNAE podem ser exercidas no mapa geográfico dos municípios (pequenos e médios não tem esta capacidade de implementação).

ABRASF – Não são todas as capitais que têm condições de implantação da automação de viabilidade nos moldes da Resolução. Informa que a proposta de “bypassar” a etapa

de Viabilidade pode gerar consequências e problemas para o Empreendedor. Quebra também o princípio da linearidade do processo tão importante para a REDESIM.

DREI: Vai encaminhar para gestores sobre os diagnósticos realizados e as falas da reunião do GT Sistemas

Item de pauta 7: CNPJ como Nome Empresarial

JUCEMG – Não vê necessidade de implantação com as regras da MP 1040 que altera a consulta do Nome Empresarial apenas por colidência.

REGIN – Quebra o contrato digital assinado anteriormente pelo Empresário. Como fica o Nome Empresarial assinado no Contrato antes do Registro e CNPJ? Como será a usabilidade deste sistema? Serão dois eventos praticados pela Junta ou outro Órgão de Registro para o Contrato?

FENAJU – a nova roupagem da MP 1040 vai solucionar o problema. A FENAJU declara a preocupação em quebrar o Contrato de Registro sem o Nome devidamente nas cláusulas contratuais. Não vê necessidade de implementação neste momento.

DREI – A redação da Resolução é opcional quando há dispensa de Viabilidade de Nome Empresarial. Pediu que a especificação seja encaminhada para o DREI. A princípio para todas as NJ. Fred informou que houve discussão prévia e que haveria uma cláusula no Contrato Social que a Empresa adotará o número do CNPJ como Nome Empresarial.

JUCESP – Pediu que o dispositivo da utilização do número do CNPJ no Nome Empresarial seja opcional. Dúvida é feita em relação ao contrato empresarial que precisará ser alterado? Angela informa que perdeu um pouco a prioridade com esta alteração que há um impacto grande nos sistemas da JUCESP.

SEBRAE – Realizou análises técnicas junto com o sistema Empreendedor Digital, mas há material que pode ser enviado para os demais parceiros. Se comprometeu a encaminhar o material para o Coordenador do GT Sistemas que compartilhará com o grupo.

RFB – Vai encaminhar documento de pré especificação após reunião com Serpro.

Item de pauta 8: Balcão Único

Fred apresentou o projeto Balcão Único com as motivações que levaram a adoção desta medida, em especial pela elevação do Brasil no ranking do Doing Business.

Automação poderá ser avançada por etapas com prioridades acordadas com o DREI.

Em São Paulo foi aberta quase 4000 empresas com média de abertura de empresa em 30 min.

Premissas importantes ao projeto: Coleta única dos dados e simplificação dos processos de trabalho visando benefício do usuário; Simplificação de alternativa para a Certificação Digital. Reduzir o custo para usuário não só em relação ao Certificado Digital, mas outros custos. Inclusão ao módulo simplificado do e-social (opcional). Emissão de Certificado Digital de Pessoa Jurídica lembrando que houve edição de medida em 2020 que as Juntas Comerciais podem ser Autoridades Certificadoras.

Escopo: Abertura de Empresa (101) para 3 naturezas jurídicas.

JUCEMG – Perguntou se o modelo será apenas para abertura de empresa ou para todos os atos cadastrais.

SIGFÁCIL – Questionou se as três NJ são suficientes. Nesta linha não há complicador para o sistema Redesim como um todo? Início do processo em diversos locais? Começa no ambiente Estadual, outros no ambiente Nacional etc. Não seria importante ter um grande objetivo nacional de padronização?

JUCESP – Informa que o Balcão Único está funcionando bem com média de 400 empresas abertas semanalmente. Ficou em dúvida se o processo não é automatizado o que melhora em relação ao processo anterior? Precisa de acordo de cooperação técnica com cada município?

FENAJU – Pediu ao DREI para fazer apresentação técnica para as Juntas Comerciais. Informa que se perdeu oportunidade de construção coletiva com os Integradores

Estaduais. Outro ponto importante é que os Certificados Digitais estão mais baratos no mercado atualmente.

REGIN – Visão do Balcão Único é ótima para o cidadão não interagir várias vezes com diversos sistemas. Em um único momento o cidadão coleta todas as informações passíveis de deferimento por adm. tributária, órgão de registro e órgãos licenciadores.

DREI – Fred respondeu perguntas e ratificou entendimento de inicialmente inscrição para três naturezas jurídicas, com as premissas e acordos para o projeto. Informou que a automação é um processo e no futuro poderá ser expandido para municípios que possam ter um processo de automação ou que tenham uma grande quantidade de abertura de empresas. Informou ainda, que existem alternativas de Certificação Digital e que podem ser utilizadas.

Item de pauta 9: Datas de Eventos de Transformação.

Não houve tempo hábil para discussão deste ponto. Será abordado na próxima reunião do GT Sistemas.

Próxima reunião do GT Sistemas:

Nova reunião do GT Sistemas ocorrerá com encaminhamento com pelo menos quinze (15) dias de antecedência da data do GT Sistemas.